

Editorial

Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento

A multiplicação de movimentos populares de luta e resistência em nível mundial é sinal do exacerbado crescimento do número de pessoas que são – e têm consciência de serem – prejudicadas ou violentadas pela ordem hegemônica assimétrica em nível local ou planetário. Para além do tradicional – e ainda atual – conflito entre capital e trabalho, novos movimentos sociais surgem em resposta à depredação do meio ambiente, à discriminação ou menosprezo dos direitos fundamentais de determinados grupos sociais como mulheres, LGBT, povos autóctones, minorias, entre outros. Ainda que frequentemente silenciados pela imprensa internacional, é suficiente citar os movimentos de protesto e reivindicação de Chiapas (1994), de Seattle (1999), a assim chamada “Primavera árabe” (2010), o movimento dos *Indignados* na Espanha (2011), os recentes e maciços protestos na França e no Brasil (2016).

Em meio a tudo isso, chama a atenção também a “primavera” das *mobilizações de migrantes e refugiados*. Trata-se de atos de protesto e reivindicação que, embora bastante heterogêneos em termos de atores, interlocutores, objetivos e mediações, visam fundamentalmente à busca pela *visibilidade* e pelo *reconhecimento*.

As lutas pela visibilidade questionam abertamente a assim chamada “clandestinidade voluntária”, evidenciando como a grande maioria dos deslocados almeja e procura uma presença regular e transparente no país de chegada. A invisibilidade, que gera atávicas fobias e políticas securitárias, é induzida, imposta, não fruto de uma escolha.

Por outro lado, as lutas pelo reconhecimento visam, antes de tudo, reivindicar o direito de serem reconhecidos como “sujeitos de direitos” nos países de origem, trânsito e chegada. Estas lutas colocam em discussão *abordagens meramente economicistas*, que, com frequência, categorizam os recém-chegados como meros “instrumentos de trabalho”, as *visões assistencialistas*, que neutralizam a subjetividade e a *agency* dos migrantes, e os *enfoques etnocêntricos*, que desconsideram ou menosprezam os direitos culturais de indivíduos e povos, bem como os benefícios da interação intercultural.

O ativismo de migrantes e refugiados, portanto, além de reivindicações pontuais, objetiva desmistificar imaginários tipificados em relação aos deslocamentos populacionais, questionando abordagens reducionistas e apontando para o estabelecimento de relações simétricas pautadas no respeito dos direitos humanos.

Ademais, é bom ressaltar que os movimentos sociais de reivindicação ou, mais simplesmente, as ações espontâneas de protesto, individuais ou coletivas, já constituem em si atos de visibilidade, afirmações de presença, *irrupções na esfera pública de seres humanos que se autorreconhecem como sujeitos políticos*. Em outros termos, a visibilidade e o reconhecimento são instrumentos de luta e, ao mesmo tempo, seus objetivos. As mobilizações expressam, materializam e performatizam desejos, aspirações e utopias.

A mobilidade não é suficiente e deve ser complementada pela mobilização. A mobilidade permite ultrapassar as fronteiras geográficas, mas é a mobilização que derruba as fronteiras socioculturais da exclusão, da discriminação, da não-cidadania. E é justamente ao tema do ativismo, das mobilizações, dos movimentos sociais de migrantes e refugiados que é dedicado o dossiê da REMHU número 48.

No primeiro artigo do dossiê, *Valentine Le Borgne de Boisriou*, após apresentar casos de violência institucional contra migrantes indocumentados na França (as “redadas” e os centro de detenção), analisa as ações reativas dos *sans papiers*, que se mobilizam mediante greves de fome, marchas e ocupações. De acordo com a autora, os migrantes indocumentados manifestam sua *agency* dando visibilidade à própria debilidade, à própria condição de vítima, e, desta forma, transformam o sentimento de vergonha em instrumento de pressão política.

Amarela Varela Huerta, por sua vez, analisa o ativismo de migrantes em um país, o México, caracterizado pela migração de trânsito e de retorno. Focando a ação do *Movimiento Migrante Mesoamericano*, Varela evidencia como o objetivo dessa rede, que atua em termos de incidência política, lobby legislativo e ação direta, é garantir direitos para todos (“*todos los derechos para todos*”) e, sobretudo, promover o reconhecimento, por parte da sociedade mexicana, de dois interlocutores: os mexicanos que vivem no exterior e os transmigrantes centroamericanos. Nesse contexto, o ativismo visa à superação do racismo social e institucional que permeia o país.

A partir de uma perspectiva etnohistórica transnacional, *Bela Feldman-Bianco* aborda as mobilizações de transmigrantes brasileiros e suas repercussões em relação à agenda migratória portuguesa e brasileira. Essas mobilizações, que tiveram origem em Portugal, assumiram um alcance geográfico cada vez mais amplo, contaram com o gradativo apoio de numerosos segmentos sociais –

academia, grupos de inspiração religiosa, partidos políticos, governo brasileiro, entre outros – e desencadearam um amplo movimento de reivindicação que contribuiu na conscientização acerca da diáspora brasileira e da necessidade de uma reformulação da anacrônica legislação imigratória no Brasil.

María Luz Espiro, Sonia Voscoboinik e Bernarda Zubrzycki se debruçam sobre as estratégias individuais e coletivas que migrantes senegaleses e afrodescendentes na Argentina utilizam a fim de reivindicar direitos em um contexto de rígido controle estatal e de racismo institucional. Analisando dois casos específicos, as autoras sublinham as variáveis que podem promover ou inibir a agência desses migrantes, uma agência que é sempre condicionada por fatores subjetivos, biográficos, contextuais e culturais.

Ao tema do “*caporalato*” (contratação ilegal de trabalhadores) e aos atos de protesto de trabalhadores migrantes agrícolas no sul da Itália é dedicado o artigo de *Angelo Scotto*. Segundo o autor, que reflete a partir de dois estudos de caso, as mobilizações de trabalhadores migrantes são exceções, mas podem ocorrer sob determinadas condições, alcançando resultados expressivos. O estudo dessas condições específicas, coadunado por um forte compromisso político contra o *caporalato*, pode contribuir para empoderar os trabalhadores estrangeiros.

Annalisa Lendaro aprofunda a reflexão sobre manifestações de protesto de migrantes na ilha fronteiriça de Lampedusa, no Sul da Itália, a fim de evidenciar os fatores que possibilitam processos emancipatórios. Partindo da abordagem agambiana sobre o Estado de Exceção, a autora infere que, apesar de inferiorizados, explorando uma conjuntura favorável, grupos de migrantes possuem as potencialidades de agir enquanto sujeitos políticos (*being political*) e lutar contra leis consideradas injustas – no caso, os Acordos de Dublin.

Finalmente, *Mara Pieri* apresenta um estudo sobre o movimento *UndocoQueers*, que surgiu em 2011 nos EUA, com o objetivo de focar as interseções entre o ser *queer* e o ser indocumentado. Após caracterizar o movimento, a autora analisa a série online “*Undocumented and awkward*”, evidenciando a mútua fecundação entre as reivindicações *queer* e as lutas pela plena cidadania dos imigrantes irregulares. Trata-se de um exemplo significativo e original de uma forma de ativismo pela arte (*Artivism*), um autêntico “ato de cidadania”, na acepção de Engin Isin.

Na seção *Artigos*, *Victoria Prieto, Sofía Robaina e Martín Koolhaas* analisam a inserção laboral de imigrantes recentes, retornados e estrangeiros no Uruguai, levando em conta a comparação com os nativos e as variáveis de país de origem, tempo de presença e gênero. De acordo com os autores, a população estrangeira pesquisada encontra mais dificuldade na inserção no mercado de

trabalho em comparação com a autóctone não migrante, além de sofrer mais com a informalidade e a sobrequalificação.

Alessandra Ciurlo, *Diana Couto-Mármora* e *Mónica Santagata* abordam a emigração de jovens mulheres colombianas para Buenos Aires. De acordo com as autoras, a procura pela emancipação da família e do contexto cultural, tido como conservador e patriarcal, é uma das motivações veladas do deslocamento. As migrantes pesquisadas buscam uma “justa distância” que garanta a própria autonomia e, ao mesmo tempo, que permita a manutenção de relações com parentes e amigos do país de origem.

Julie Lima de Pérez, por sua vez, desenvolve um estudo sobre as políticas antitráfico e antimigração presentes em Portugal e Espanha. Apesar de análogas, essas políticas de prevenção, proteção e punição suscitam diferentes percepções e repercussões pela diversa maneira como são aplicadas nos dois países.

Finalmente, *Camila Escudero* estuda as redes sociais transnacionais a partir de um grupo de mulheres brasileiras residentes em Chicago, EUA, ressaltando como elas conseguem vivenciar experiências de protagonismo, autonomia e empoderamento mediante a organização de eventos artísticos e festividades relacionadas ao país de origem.

Na seção *Relatos e Reflexões*, *Lidia Maggi* reflete sobre as pessoas em mobilidade enquanto chaves hermenêuticas para a compreensão da Bíblia, um livro escrito e contado desde a perspectiva dos migrantes. Já *Hannah Waisman* e *Giulianna Serricella* apresentam uma reflexão sobre suas experiências de Consultoras do ACNUR em entrevistas com solicitantes de refúgio e refugiados no Estado do Rio de Janeiro/Brasil.

A seção *Resenhas Teses e Dissertações* encerra o número da revista com uma resenha de *María Del Carmen Villarreal Villamar* do livro *A invenção da brasilidade. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração* de Jeffrey Lesser.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

Roberto Marinucci (editor-chefe da REMHU)

ISSN impresso 1980-8585

ISSN eletrônico 2237-9843

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004801>